

**INSTITUTO J&F**

**Relatório do auditor independente**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2024**

**INSTITUTO J&F**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2024**

**Conteúdo**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

**Balancos patrimoniais**

**Demonstrações do resultado**

**Demonstrações do resultado abrangente**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores do  
**Instituto J&F**  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto J&F (“Instituto”)** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto J&F** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na ITG “2002 R1 - Entidades sem finalidades de lucros”, também pela da NBC TG “1000 R1 - Contabilidade para pequenas e médias empresas” para os aspectos não abordados pela ITG “2002 (R1) - Entidade sem finalidade lucros.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2025.

# INSTITUTO J&F

Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais)



Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023		Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.295.683,94	1.884.203,99	Fornecedores	10	2.258.169,04	1.076.366,24
Estoque		175.247,98	49.546,56	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	11	16.663.108,78	14.313.652,71
Adiantamento a fornecedores	6	1.427.193,31	569.960,08			<b>18.921.277,82</b>	<b>15.390.018,95</b>
Outros ativos circulantes	7	3.083.172,67	2.484.807,43				
		<b>11.981.297,90</b>	<b>4.988.518,06</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	13		
<b>Não circulante</b>				Patrimônio Social		181.516.995,54	163.107.782,59
Depósitos, cauções e outros		41.583,99	53.883,99	Fundo de reserva estatutária		6.681.454,76	6.681.454,76
Outros ativos não circulantes	7	2.197.874,62	4.262.657,63	Superavit/(déficit) do exercício		(394.076,41)	18.409.212,95
Imobilizado	8	189.838.926,51	191.230.171,59			<b>187.804.373,89</b>	<b>188.198.450,30</b>
Intangível	9	2.665.968,69	3.053.237,98				
		<b>194.744.353,81</b>	<b>198.599.951,19</b>				
<b>Total do ativo</b>		<b>206.725.651,71</b>	<b>203.588.469,25</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>206.725.651,71</b>	<b>203.588.469,25</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)



	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas operacionais</b>		<b>116.393.956,29</b>	<b>113.694.576,83</b>
<b>Sem restrição</b>			
Receitas com doações	14	113.650.376,70	112.356.112,65
Receitas com prestação de Serviços	14	2.156.890,14	852.011,95
Receitas com trabalho voluntário	4.17.2	552.200,00	480.000,00
Receitas financeiras	20	34.489,45	6.452,23
<b>Receita Bruta</b>		<b>116.393.956,29</b>	<b>113.694.576,83</b>
( - ) Dedução da Receita Bruta	15	(107.522,25)	-
( - ) ISS		(107.522,25)	-
<b>Receita Líquida</b>		<b>116.286.434,04</b>	<b>113.694.576,83</b>
<b>Custo e despesas operacionais</b>			
Com programas (atividades)		(100.764.407,61)	(88.356.656,14)
Educação Básica e Profissional	16	(98.569.089,54)	(88.356.656,14)
Educação Ensino Superior	17	(2.195.318,07)	-
<b>Resultado bruto</b>		<b>15.522.026,43</b>	<b>25.337.920,69</b>
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(16.239.203,97)</b>	<b>(15.192.849,62)</b>
Pessoal	18	(3.965.177,04)	(3.365.252,46)
Despesa com trabalho voluntário	4.17.2	(552.200,00)	(480.000,00)
Depreciação	18	(9.325.751,07)	(8.812.537,60)
Outras despesas	18	(2.373.742,58)	(2.485.490,04)
Despesas financeiras	20	(22.333,28)	(49.569,52)
<b>Outras receitas operacionais</b>		<b>323.101,13</b>	<b>8.264.141,88</b>
Outras Receitas	19	323.101,13	8.264.141,88
<b>Superavit/(déficit) do exercício</b>		<b>(394.076,41)</b>	<b>18.409.212,95</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Superavit/(déficit) do exercício	<u>(394.076,41)</u>	<u>18.409.212,95</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(394.076,41)</u></u>	<u><u>18.409.212,95</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## INSTITUTO J&F

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)



	Patrimônio Social	Fundo de reserva estatutária	Superávit/deficit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	163.107.782,59	6.681.454,76	-	169.789.237,35
Superávit do exercício	-	-	18.409.212,95	18.409.212,95
Incorporação do superávit do exercício	18.409.212,95	-	(18.409.212,95)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	181.516.995,54	6.681.454,76	-	188.198.450,30
Déficit do exercício	-	-	(394.076,41)	(394.076,41)
Incorporação do déficit do exercício	(394.076,41)	-	394.076,41	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	181.122.919,13	6.681.454,76	-	187.804.373,89

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023



(Em Reais)

	2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superavit/(déficit) do exercício	(394.076,41)	18.409.212,95
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas</b>		
Baixa de ativo imobilizado e intangível	684.642,89	1.090.096,44
Depreciação e amortização	9.325.751,07	8.812.537,60
	<b>9.616.317,55</b>	<b>28.311.846,99</b>
<b>(Aumento)/redução em ativos</b>		
Estoque	(125.701,42)	(25.344,34)
Outros ativos circulantes e não circulantes	609.184,54	(6.094.255,51)
Depósitos, cauções e outros	12.300,00	42.523,38
<b>(Redução)/aumento em passivos</b>		
Fornecedores	1.181.802,80	(2.139.479,00)
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	2.349.456,07	825.552,96
<b>Caixa líquido originado das atividades operacionais</b>	<b>13.643.359,54</b>	<b>20.920.844,48</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(8.231.879,59)	(22.240.000,00)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(8.231.879,59)</b>	<b>(22.240.000,00)</b>
<b>Aumento líquido/(redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>5.411.479,95</b>	<b>(1.319.155,52)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.884.203,99	3.203.359,51
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.295.683,94	1.884.203,99
<b>Aumento líquido/(redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>5.411.479,95</b>	<b>(1.319.155,52)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Instituto J&F**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em  
31 de dezembro de 2024 e de 2023**

**Sumário**

1. Contexto operacional .....	10
1.1 Apoio às Escolas Públicas .....	11
1.2 Educação Básica e Profissional .....	11
1.3 Formação Continuada .....	12
1.4 Ensino Superior .....	12
2. Contexto fiscal.....	13
3. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.....	15
3.1 Declaração de conformidade .....	15
3.2 Base de mensuração.....	15
3.3 Moeda funcional e de apresentação.....	15
3.4 Uso de estimativas e julgamentos .....	15
3.5 Avaliação do valor recuperável dos ativos.....	16
4. Principais políticas contábeis .....	16
4.1 Apuração do superávit ou déficit e reconhecimento das receitas e das despesas .....	16
4.2 Instrumentos financeiros .....	17
4.2.1 Reconhecimento e mensuração inicial .....	17
4.2.2 Classificação e mensuração subsequente .....	17
4.3 Redução ao valor recuperável ( <i>impairment</i> ) de ativos financeiros.....	18
4.4 Ativos financeiros não derivativos reconhecimento e desconhecimento.....	18
4.5 Caixa e equivalentes de caixa .....	19
4.6 Passivos financeiros não derivativos .....	19
4.7 Instrumentos financeiros derivativos.....	19
4.8 Arrendamento mercantil .....	19
4.9 Imobilizado .....	19
4.9.1 Custos subsequentes .....	20

4.9.2 Depreciação .....	20
4.10 Intangível .....	20
4.11 Redução ao valor recuperável .....	20
4.12 Outros ativos circulantes e não circulantes.....	20
4.13 Passivos circulantes e não circulantes .....	20
4.14 Provisões e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas .....	21
4.15 Receitas e despesas financeiras .....	21
4.16 Demonstrações dos fluxos de caixa .....	21
4.17 Receitas .....	21
4.17.1 Receita de doações .....	21
4.17.2 Receitas de prestação de serviço.....	21
4.17.3 Voluntariado.....	21
5. Caixa e equivalentes de caixa .....	22
6. Adiantamento a fornecedores.....	22
7. Outros ativos circulantes e ativos não circulantes .....	22
8. Ativo imobilizado.....	24
9. Intangível.....	26
10. Fornecedores.....	27
11. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais.....	27
12. Provisão para contingências .....	28
13. Patrimônio líquido .....	28
14. Receitas .....	28
15. ( - )Dedução da Receita Bruta.....	28
16 . Custo e despesas operacionais (Educação Básica e Profissional) .....	29
17. Custo e despesas operacionais (Educação Ensino Superior) (*).....	29
18. Despesas administrativas e gerais.....	30

19. Outras receitas .....	30
20. Resultado financeiro líquido .....	30
21. Remuneração da administração.....	31
22. Instrumentos financeiros .....	31
23. Estimativa do valor justo .....	31
24. Instrumentos financeiros “não derivativos” .....	31
25. Cobertura de seguros .....	33
26. Tributos e contribuições (renúncia fiscal) .....	33
27. Eventos subsequentes .....	34
28. Aprovação das demonstrações contábeis.....	34

## 1. Contexto operacional

O Instituto J&F é uma associação civil, sem fins econômicos (lucrativos), de caráter educacional e social, regida por Estatuto e por disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com sede à Rua Irineu José Bordon, 335, Parque Anhanguera, CEP: 05120-060, São Paulo - SP, Brasil.

Fundado em 6 de Janeiro de 2009, com a missão de formar jovens tocadores de negócios, por meio de educação única, com concessão de bolsas de estudos e em período integral, que oferece conhecimento em gestão de negócios através de aulas teóricas e práticas, com professores altamente qualificados, e de vivências com profissionais que atuam no mundo corporativo, proporcionando oportunidade de experiências práticas através de estágios remunerados no Ensino Médio e o desenvolvimento de competências de liderança, de visão sistêmica, de foco no resultado, de capacidade de inovação e de conduta ética. Além das bolsas concedidas, os alunos recebem alimentação, uniforme, material didático e *notebook*.

O Patrimônio Social, representado por recursos financeiros e bens imobilizados, foi doado por sua mantenedora JBS S.A., por outras empresas do Grupo J&F, por empresas privadas e por pessoas físicas.

Todos os recursos recebidos foram aplicados integralmente nas finalidades educacionais e operacionais do Instituto J&F.

Desde sua fundação, o grupo J&F já investiu mais de R\$ 627 milhões neste projeto educacional que segue se aprimorando, promovendo educação de alta qualidade e oportunidades de crescimento para as pessoas que por aqui passam. Alinhado à sua missão, o Instituto atua com os seguintes pilares:

- Apoio às escolas públicas;
- Educação Básica & Profissional;
- Formação Continuada; e
- Ensino Superior.



### 1.1 Apoio às Escolas Públicas

Tem em sua essência produzir conhecimento e experiências educacionais inovadoras, valorizando professores e gestores de escolas públicas e levando plataforma gamificada de matemática e de língua portuguesa aos alunos, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação. Queremos construir um futuro cheio de oportunidades buscando mitigar as desigualdades na educação, melhorando a qualidade do ensino. Esta vontade nasce da inquietação do Instituto J&F em expandir o atendimento às escolas, buscando a criação de estratégias para conseguirmos recursos, parcerias e redes de apoio, contribuindo efetivamente para uma mudança nas escolas beneficiadas através do projeto Comunidade.

### 1.2 Educação Básica e Profissional

É composto pelo Ensino Fundamental, pela Educação Profissional Técnica de Nível Médio e pela orientação à família. Ou seja, ele compreende o conjunto de todas as escolas do Instituto J&F e visa, portanto, ao desenvolvimento de jovens que tenham muita vontade e inteligência (tanto cognitiva quanto emocional) e que compartilhem de cada um dos nossos sete valores (Atitude de Dono, Disciplina, Franqueza, Disponibilidade, Humildade, Determinação e Simplicidade).

A Educação Básica da escola de negócios do Instituto J&F, denominada Germinare Business, dotada do diferencial da integração de escola, trabalho e família, é voltada para estudantes que, do 6º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio, seguem uma formação regular na Educação Básica e, ao mesmo tempo, têm acesso ao Ensino Técnico em administração de empresas.

Germinare Tech é uma escola técnica de Ensino Médio vocacionada em formar jovens desenvolvedores de sistemas e analistas de dados e em se tornar referência no setor da tecnologia, atraindo jovens talentosos que desejam fazer a diferença no cenário tecnológico do país.

Germinare Vet é uma escola técnica de Ensino Médio com ênfase em liderança na área de produção, administrado em cidades onde o Grupo J&F dispõe de plantas de criação e de processamento animal, levando aos jovens estudantes toda a estrutura e o conhecimento do Instituto J&F.

Além das iniciativas das escolas técnicas, temos a Germinare Família, que atua na orientação e na formação voltadas aos responsáveis de alunos das nossas escolas profissionalizantes técnicas, além de oferecer acolhimento psicopedagógico aos alunos. Para tanto, em relação às famílias, são realizados encontros semanais compostos por práticas reflexivas (como debates, atividades presenciais e transmissões ao vivo) e é disponibilizada uma plataforma integrativa organizada em cursos temáticos.

O Instituto J&F atua como entidade qualificadora com o programa Jovem Aprendiz, composto por cursos que visam à inserção do jovem no mercado de trabalho. Todos os cursos são aplicados a jovens que atuam nos negócios da companhia, respeitando todas as legislações do programa.

### **1.3 Formação Continuada**

Composto pelo Programa de ensino Master, possui três cursos em andamento, constituídos como cursos livres, aplicados para o desenvolvimento e para a capacitação de colaboradores que já atuam no grupo J&F.

### **1.4 Ensino Superior**

A Instituição de Ensino Superior do Instituto J&F está aprovada, com seu primeiro curso Tecnólogo em Gestão Comercial, aplicado em modelo EaD, reconhecido pelo MEC nº 202123097, publicado em **Diário Oficial da União**, sob Portaria nº 343 de 9 de abril de 2024.

## 2. Contexto fiscal

O Instituto é isento do recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, com base na imunidade tributária prevista na Lei nº 9.532/97.

Em setembro de 2015, o Instituto J&F foi declarado pelo Ministério da Justiça órgão de Utilidade Pública Federal (UPF), determinando assim sua imunidade tributária, possibilitando aos doadores, portanto, a dedução até o limite de 2% do lucro operacional da pessoa jurídica doadora, antes de computada a própria dedução, observadas as demais regras aplicáveis a doações desta natureza.

A entidade possui o certificado de Entidade Beneficente na Área de Educação (CEBAS) em 01/06/2018, com validade até 31/05/2021, conforme publicado no **Diário Oficial da União**, no dia 1º de junho de 2018. Mediante processo Nº 2300000767658201371. Este benefício se encontra em fase de renovação com o seguinte número de protocolo: 23000008554202193, em data de 05/04/2021, feito de forma tempestiva. Em 23 de maio de 2022, recebemos do MEC uma diligência, solicitando que as demonstrações deveriam ser segregadas de forma separadas nas atividades de assistência social e educacional. Em resposta à diligência, informamos que não há segregação das receitas e despesas e que o Instituto centraliza todas as atividades nos fins educacionais (CEBAS Educação). Em 31/10/2022, protocolamos junto ao MEC pedido de informações a respeito do andamento do processo de renovação, gerando processo Nº 23000.031356/2022-12, em que foi integrado ao processo anterior protocolo 23000008554202193. Em 17/01/2023, houve movimentação no processo interno do MEC, informando que o processo foi remetido à unidade SERES/DPR/CGCEBAS/SERES/Ministério da Educação em 28/12/2023.

Após consulta, o *status* de renovação continua sem manifestação até a presente data e o processo pode ser consultado junto ao portal <<https://protocolointegrado.gov.br/Protocolo/>>, informando o número do protocolo: 23000008554202193.

Em 6 de maio de 2024, o Instituto J&F protocolou junto ao MEC um novo processo de renovação do CEBAS Educação, conforme a legislação vigente, sob protocolo nº. 23000018510202414, tendo ocorrido a última movimentação interna em 19/09/2024. O processo pode ser consultado junto ao portal: <<https://protocolointegrado.gov.br/Protocolo/>>, informando o número do protocolo: 23000018510202414.

Em 22/12/2022, o Instituto J&F promoveu alteração em seu estatuto social, registrado sobre nº 482.583, criando uma nova filial, devidamente registrada sobre CNPJ nº 10.619.284/0004-03, destinada às atividades da Faculdade J&F e dos Estúdios J&F, incorporando ao seu Art. 2º do estatuto o item VII e ao § 3º as atividades de produção e de disseminação de conteúdo audiovisual, podendo acessoriamente aos seus objetivos essenciais, visando a subsidiá-los e a promover sua missão, realizar outras atividade como por exemplo produzir e comercializar produtos e serviços relacionados aos objetivos institucionais, respaldado pela lei complementar 187/21 (16/12/2021) e regulamentado pelo Decreto Nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social. § 3º As entidades poderão desenvolver atividades que gerem recursos, inclusive por meio de suas filiais, com ou sem cessão de mão de obra, de modo a contribuir com as finalidades previstas no art. 2º da Lei Complementar nº 187, de 2021, registradas segregadamente em sua contabilidade e destacadas nas notas explicativas.

Em 30/08/2023, o Instituto promoveu a ata de reunião da diretoria, a fim de deliberar pela criação da filial (Filial 5) – 10.619.284/0005-86, na cidade de Dourados (MS), sito na Rodovia BR 163, s/n, km 6, Centro, Dourados, estado do Mato Grosso do Sul, CEP 79.804-970, que exercerá finalidade educacional.

Em 03/05/2024, o Instituto promoveu a ata de reunião da diretoria, a fim de deliberar pela criação das filiais 6 e 7, inscritas nos CNPJs 10.619.284/0006-67 e 10.619.284/0007-48, nas cidades de Diamantino (MT) e Vilhena (RO), de modo que ambas exercerão finalidades educacionais.

Em 12/06/2024, o Instituto J&F promoveu a ata de reunião da diretoria, a fim de deliberar pela criação das filiais 8 e 9, inscritas nos CNPJs 10.619.284/0008-29 e 10.619.284/0009-00, nas cidades de Garibaldi (RS) e Montenegro (RS), de modo que ambas exercerão finalidades educacionais.

### **3. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**

#### **3.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme a Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros - ITG 2002 (R1)" e pela NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Instituto conseguirá cumprir com suas obrigações de pagamentos, considerando a manutenção de suas doações.

#### **3.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

#### **3.3 Moeda funcional e de apresentação**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto.

#### **3.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, de passivos, de receitas e de despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão inclusas nas seguintes notas explicativas:

### **3.5 Avaliação do valor recuperável dos ativos**

O Instituto J&F efetua, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado — quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou as atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para a recuperação desse valor (*impairment*) — e revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação, da exaustão e da amortização.

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

## **4. Principais políticas contábeis**

Os critérios adotados para a elaboração das demonstrações contábeis consistem basicamente no seguinte:

### **4.1 Apuração do superávit ou déficit e reconhecimento das receitas e das despesas**

As receitas de doações, pela sua natureza e periodicidade variáveis, são identificadas e contabilizadas por ocasião do seu efetivo recebimento pelo Instituto, em função da impossibilidade de precisão dos valores e datas de recebimento.

As receitas de prestação de serviços e despesas são apuradas em conformidade com o princípio contábil do regime de competência.

## **4.2 Instrumentos financeiros**

### **4.2.1 Reconhecimento e mensuração inicial**

Todos os ativos e os passivos financeiros (a menos que sejam contas a receber de clientes e títulos de dívida) são reconhecidos inicialmente quando o instituto se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou um passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

### **4.2.2 Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) — instrumento de dívida; ao VJORA — instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e se não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e se não for designado como mensurado ao VJR.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

No reconhecimento inicial, a empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que, de outra forma, surgiria.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

#### **4.3 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros**

Para o CPC 48, o modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e em ativos contratuais.

Para as aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, o Instituto não obteve efeitos relevantes nas perdas de crédito, dado que as aplicações são realizadas em bancos de primeira linha.

#### **4.4 Ativos financeiros não derivativos reconhecimento e desconhecimento**

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação — data em que o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou como um passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e de liquidar o passivo simultaneamente.

#### **4.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

#### **4.6 Passivos financeiros não derivativos**

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação em que o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### **4.7 Instrumentos financeiros derivativos**

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2024, incluindo operações de *hedge*.

#### **4.8 Arrendamento mercantil**

O Instituto avaliou os contratos de aluguéis vigentes e não se enquadram na regra do CPC 06.

#### **4.9 Imobilizado**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

#### **4.9.1 Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Instituto. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

#### **4.9.2 Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas estão apresentadas na nota explicativa 8.

#### **4.10 Intangível**

Os ativos intangíveis compreendem os *softwares* e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

#### **4.11 Redução ao valor recuperável**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo.

#### **4.12 Outros ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

#### **4.13 Passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### **4.14 Provisões e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **4.15 Receitas e despesas financeiras**

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as despesas bancárias e são registradas pelo regime de competência

#### **4.16 Demonstrações dos fluxos de caixa**

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método indireto, partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no CPC 3 (R2) — Demonstração dos fluxos de caixa.

#### **4.17 Receitas**

##### **4.17.1 Receita de doações**

As doações e contribuições, por sua natureza espontânea, são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.

##### **4.17.2 Receitas de prestação de serviço.**

O Instituto J&F realiza prestação de serviços e locações afim de subsidiar e de promover sua missão, respaldado pela lei complementar 187/21 (16/12/2021) e regulamentada pelo Decreto Nº 11.791, de 21 de novembro de 2023; dispõe em seu Artigo 24.

##### **4.17.3 Voluntariado**

O Instituto J&F obedece rigorosamente à legislação fiscal vigente, que determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores. Entretanto, conforme requerido pela ITG 2002 (R1), o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos Conselhos de Administração, Consultivo, Fiscal e Regional e Comitês, e por outros voluntários, foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos conselheiros, pelos integrantes dos comitês e por outros voluntários, respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). Na mensuração desses serviços, foi utilizado o valor justo percebido.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Banco conta movimento	172.116,67	170.256,28
Aplicação financeira	7.123.567,27	1.713.947,71
	<b>7.295.683,94</b>	<b>1.884.203,99</b>

As aplicações financeiras no curso de 2024 são de liquidez imediata e realizadas com banco de primeira linha, cuja rentabilidade está atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O rendimento médio aproximado em 2024 foi de 99% do CDI.

## 6. Adiantamento a fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores de materiais	1.249.261,87	451.429,15
Adiantamento a eventos folha de pagamento	177.931,44	118.530,93
	<b>1.427.193,31</b>	<b>569.960,08</b>

## 7. Outros ativos circulantes e ativos não circulantes

	31/12/2024	31/12/2023
Crédito referente a uniformes esportivos	31.349,95	84.527,79
Despesas a apropriar	7.500,63	4.772,43
Outros créditos (*)	1.015.514,75	428.126,77
INSS e recuperar (**)	4.226.681,96	6.230.038,07
	<b>5.281.047,29</b>	<b>6.747.465,06</b>
Curto prazo	3.083.172,67	2.484.807,43
Longo prazo	2.197.874,62	4.262.657,63
	<b>5.281.047,29</b>	<b>6.747.465,06</b>

(\*) Outros Créditos refere-se a receita oriunda da locação de espaço e prestação de serviços.

(\*\*) INSS a recuperar acumulado no período de 2009 (fundação do Instituto) a maio de 2018 (certificação do CEBAS). Em maio de 2023, houve sentença favorável ao reconhecimento do crédito e R\$ 4.226.681,96 é o valor atualizado para efeitos contábeis em 31 de dezembro de 2024. Referência à nota explicativa 18, conforme estudo de recuperabilidade estimado para compensação integral dos créditos até janeiro de 2027, conforme quadro a seguir:

Ano	Valor
2025	2.028.807,34
2026	2.028.807,34
2027	169.067,28



## 8. Ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado por perda de valor recuperável, quando o valor contábil é superior ao valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto da estimativa entre o preço de venda líquido dos ativos e o seu valor em uso.

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e com adequação das instalações. Quando da conclusão e do início da operação desses ativos, eles são transferidos para adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

(a) Composição	31/12/2024			31/12/2023	
	Taxas	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	7%	13.223.137,89	(4.044.505,23)	<b>9.178.632,66</b>	<b>9.061.090,45</b>
Equipamentos de comunicação	10%	121.769,42	(69.297,85)	<b>52.471,57</b>	<b>60.118,18</b>
Instalações	5%	7.791.435,17	(2.316.018,62)	<b>5.475.416,55</b>	<b>6.450.011,14</b>
Máquinas e equipamentos	17%	6.843.966,74	(1.847.154,81)	<b>4.996.811,93</b>	<b>5.182.552,65</b>
Equipamentos de informática	17%	16.930.654,41	(11.959.943,83)	<b>4.970.710,58</b>	<b>6.900.699,60</b>
Edificações	2%	166.707.119,44	(8.911.705,59)	<b>157.795.413,85</b>	<b>161.264.058,90</b>
Bens em terreno de terceiro	2%	2.889.512,54	(14.447,61)	<b>2.875.064,93</b>	-
Obras em andamento (*)	0%	4.494.404,44	-	<b>4.494.404,44</b>	<b>2.311.640,67</b>
		<b>219.002.000,05</b>	<b>(29.163.073,54)</b>	<b>189.838.926,51</b>	<b>191.230.171,59</b>

<b>(b) Movimentação</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Custo</b>					
Móveis e utensílios	<b>11.895.381,90</b>	1.449.690,52	(121.934,53)	-	<b>13.223.137,89</b>
Equipamentos de comunicação	<b>114.449,42</b>	7.320,00	-	-	<b>121.769,42</b>
Instalações	<b>7.791.435,17</b>	-	-	-	<b>7.791.435,17</b>
Máquinas e equipamentos	<b>6.379.245,15</b>	492.536,19	(27.814,60)	-	<b>6.843.966,74</b>
Equipamentos de informática	<b>16.254.705,09</b>	1.198.616,57	(522.667,25)	-	<b>16.930.654,41</b>
Edificações	<b>166.715.157,95</b>	4.188,00	(12.226,51)	-	<b>166.707.119,44</b>
Bens em terreno de terceiro	<b>0,00</b>	24.000,00	-	2.865.512,54	<b>2.889.512,54</b>
Obras em andamento (*)	<b>2.311.640,67</b>	5.048.276,31	-	(2.865.512,54)	<b>4.494.404,44</b>
	<b>211.462.015,35</b>	<b>8.224.627,59</b>	<b>(684.642,89)</b>	-	<b>219.002.000,05</b>
<b>Depreciação</b>					
	<b>31/12/2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>31/12/2024</b>
Móveis e utensílios	<b>2.834.291,45</b>	1.321.000,20	(110.786,42)	-	<b>4.044.505,23</b>
Equipamentos de comunicação	<b>54.331,24</b>	14.966,61	-	-	<b>69.297,85</b>
Instalações	<b>1.341.424,03</b>	974.594,59	-	-	<b>2.316.018,62</b>
Máquinas e equipamentos	<b>1.196.692,50</b>	662.307,34	(11.845,03)	-	<b>1.847.154,81</b>
Equipamentos de informática	<b>9.354.005,49</b>	3.115.309,05	(509.370,71)	-	<b>11.959.943,83</b>
Edificações	<b>5.451.099,05</b>	3.472.287,47	(11.680,93)	-	<b>8.911.705,59</b>
Bens em propriedade de terceiros	-	14.447,61	-	-	<b>14.447,61</b>
Obras em andamento (*)	-	-	-	-	-
	<b>20.231.843,76</b>	<b>9.574.912,87</b>	<b>(643.683,09)</b>	-	<b>29.163.073,54</b>

**Instituto J&F**

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023
<b>Custo</b>					
Móveis e utensílios	10.068.735,37	1.858.722,97	(32.076,45)	-	11.895.381,89
Equipamentos comunicação	95.250,59	19.198,83	-	-	114.449,42
Instalações	7.723.456,11	67.979,06	-	-	7.791.435,17
Máquinas e equipamentos	4.868.641,95	1.512.605,00	(2.001,80)	-	6.379.245,15
Equipamentos de informática	14.387.514,11	1.946.266,15	(79.075,17)	-	16.254.705,09
Edificações	14.235.532,73	583.270,98	(0,01)	151.896.354,25	166.715.157,95
Obras em andamento (*)	138.074.499,89	16.194.726,57	(61.231,54)	(151.896.354,25)	2.311.640,67
Adiantamento de imobilizado	915.702,53	-	(915.702,53)	-	-
	<b>190.369.333,28</b>	<b>22.182.769,56</b>	<b>(1.090.087,50)</b>	<b>-</b>	<b>211.462.015,34</b>
	<b>31.12.2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>31.12.2023</b>
<b>Depreciação</b>					
Móveis e utensílios	1.826.264,11	1.009.351,80	(1.324,46)	-	2.834.291,45
Equipamentos de comunicação	49.102,34	5.228,90	-	-	54.331,24
Instalações	661.438,87	679.985,16	-	-	1.341.424,03
Máquinas e equipamentos	710.823,13	486.423,61	(554,24)	-	1.196.692,50
Equipamentos de informática	6.070.682,72	3.362.397,94	(79.075,17)	-	9.354.005,49
Edificações	2.546.960,23	2.904.138,83	(0,01)	-	5.451.099,05
Obras em andamento (*)					
	<b>11.865.271,40</b>	<b>8.447.526,24</b>	<b>(80.953,88)</b>	<b>-</b>	<b>20.231.843,76</b>

(\*) Houve investimento na praça de convivência, criada para proporcionar aos alunos e aos colaboradores um espaço de lazer e para promover atividades físicas. O espaço contempla um campo de futebol *society*, uma quadra de basquete, paisagismo e área de convivência.

O Instituto J&F investiu na instalação de *brises* no prédio didático, com o objetivo de controlar a entrada de luz nas salas de aula e de melhorar o conforto térmico.

Houve também os investimentos para atendimento ao projeto Jovem Aprendiz, com a implementação de salas de aula em dez municípios e em cinco estados do Brasil.

## 9. Intangível

### (a) Composição

	Taxas médias anuais de amortização	31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software (*)	10%	3.924.832,32	(1.261.863,63)	2.665.968,69	3.053.237,98
		<b>3.924.832,32</b>	<b>(1.261.863,63)</b>	<b>2.665.968,69</b>	<b>3.053.237,98</b>

(\*) A plataforma digital denominada "Odette" passa a atender todo o contexto de escola, desde a admissão do aluno, a matrícula com assinaturas digitais, secretaria para consulta de cadastros e turmas, aulas com documentos, presenças e apresentações, atividades individuais, em grupo e interdisciplinares, provas e aprovações anuais. A plataforma também passou a atender todos os cursos (Negócios, Tecnologia e Veterinária) em todas as áreas, além de possibilitar o registro de ponto dos professores para aulas e aulas extras. A plataforma também realiza agora integração com sistemas que emitem documentos para o MEC e possibilita integração com a biblioteca da escola.

Início de utilização do software ocorre em fevereiro de 2022, com vida útil definida (amortização) para 10 anos.

<b>Custo</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Transferência</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/2024</b>
Software (*)	<b>3.920.580,32</b>	7.252,00	-	-	3.927.832,32
	<b>3.920.580,32</b>	<b>7.252,00</b>	-	-	<b>3.927.832,32</b>
<b>Amortização</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Transferência</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/2024</b>
Software (*)	<b>867.342,34</b>	394.521,29	-	-	1.261.863,63
	<b>867.342,34</b>	<b>394.512,29</b>	-	-	<b>1.261.863,63</b>

<b>Custo</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Transferência</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/2023</b>
Software (*)	<b>3.863.358,82</b>	57.221,50	-	-	3.920.580,32
	<b>3.863.358,82</b>	<b>57.221,50</b>	-	-	<b>3.920.580,32</b>
<b>Amortização</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Transferência</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/2023</b>
Software (*)	<b>421.377,08</b>	445.965,26	-	-	867.342,34
	<b>421.377,08</b>	<b>445.965,26</b>	-	-	<b>867.342,34</b>

## 10. Fornecedores

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Obras em andamento	429.155,22	420.015,01
Fornecedores Materiais e Serviços	1.829.013,82	656.351,23
	<b>2.258.169,04</b>	<b>1.076.366,24</b>

## 11. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Salários e encargos sociais	10.305.660,46	8.220.521,38
Provisões e encargos	4.326.927,59	4.057.654,13
PIS e COFINS a recolher	8.486,84	5.406,68
ISS a recolher	28.071,69	57.293,08
IRRF retido na fonte a recolher	1.993.962,20	1.972.777,44
	<b>16.663.108,78</b>	<b>14.313.652,71</b>

## 12. Provisão para contingências

No curso normal dos seus negócios, o Instituto está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. O Instituto, apoiado na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentado em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa de desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais. Com base nessa avaliação, ao término de 2024, o Instituto não possui processos judiciais de quaisquer naturezas, que porventura venham a afetar os resultados futuros.

## 13. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do Instituto poderá ser formado pelos superávits e/ou déficits acumulados e compreende o saldo inicial, acrescido ou reduzido dos valores de superávit e de déficit do período, destinados à manutenção de seu objeto social.

Em caso de extinção ou de desqualificação do Instituto, seu patrimônio, seu legados ou suas doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão revertidos para outra entidade beneficente legalmente certificada, que contenha fins idênticos ou similares aos objetivos sociais do Instituto, ou será, ainda, revertido para entidades públicas, conforme previsto no artigo 26 do estatuto social e de encontro ao que determina o Decreto 11.791/23, em seu Artigo 5º, parágrafo 2, inciso III.

## 14. Receitas

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Pessoa jurídica — mantenedor	106.472.386,22	111.049.486,03
Pessoa jurídica/física – Terceiros	7.177.990,48	1.306.626,62
Receita de Prestação de Serviço	2.156.890,14	852.011,95
	<b>115.807.266,84</b>	<b>113.208.124,60</b>

## 15. ( - )Dedução da Receita Bruta

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
ISS (*)	107.522,25	-
	107.522,25	-

(\*) Imposto sobre notas emitidas de prestação de serviços realizados no ano de 2024.

## 16 . Custo e despesas operacionais (Educação Básica e Profissional)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salários e encargos	(62.447.480,68)	(62.422.423,99)
Material de uso e consumo	(1.771.176,53)	(2.045.806,33)
Despesas com prestação de serviços	(7.486.402,48)	(8.504.239,86)
Manutenção e conservação	(1.291.130,43)	(1.251.788,26)
Feiras e eventos	(3.056.221,12)	(2.517.965,15)
Projetos educacionais (*)	(19.012.654,33)	(9.728.412,85)
Aluguel de equipamentos	(368.450,18)	(109.913,50)
Despesas com taxas e anuidades	(66.408,66)	(18.054,28)
Aluguel de imóveis	(608.143,50)	(747.336,34)
Aluguéis de veículos	(2.461.021,63)	(1.010.715,58)
	<u><b>(98.569.089,54)</b></u>	<u><b>(88.356.656,14)</b></u>

(\*) Doações para o Projeto Comunidade (Escolas públicas e Municipais da região Oeste de São Paulo) R\$ 1,407 Milhões e R\$ 17,604 Milhões referente ao resultado do projeto educacional voltado ao mercado financeiro para jovens investidores em conjunto com a B3.

## 17. Custo e despesas operacionais (Educação Ensino Superior) (\*)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salários e encargos	(1.832.030,56)	-
Material de uso e consumo	(5.862,09)	-
Despesas com prestação de serviços	(229.544,43)	-
Feiras e eventos	(110.813,44)	-
Despesas com taxas e anuidades	(10.280,90)	-
Aluguéis de veículos	(6.786,65)	-
	<u><b>(2.195.318,07)</b></u>	<u><b>-</b></u>

(\*) Aprovação do curso e início do ano letivo na faculdade, citada na nota explicativa 1.4.

## 18. Despesas administrativas e gerais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salários e encargos	(3.965.177,04)	(3.365.252,46)
Material de uso e consumo	(133.808,86)	(222.919,06)
Despesas com prestação de serviços	(1.139.389,82)	(984.954,82)
Baixa de bens	(684.642,89)	(82.890,94)
Depreciação e amortização	(9.325.751,07)	(8.812.537,60)
Manutenção e conservação	(268.252,28)	(487.670,08)
Feiras e eventos	(108.054,66)	(133.702,17)
Aluguéis de equipamentos	(4.103,00)	(5.385,92)
Aluguéis de veículos	(21.606,56)	-
Despesas com taxas e anuidade	(13.884,51)	(567.967,05)
	<u><b>(15.664.670,69)</b></u>	<u><b>(14.663.280,10)</b></u>

## 19. Outras receitas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
INSS a recuperar	(0,00)	(2.884.290,86)
Atualização monetária — Selic	(323.101,13)	(5.379.851,02)
	<u><b>(323.101,13)</b></u>	<u><b>(8.264.141,88)</b></u>

## 20. Resultado financeiro líquido

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Recuperação de despesas	21.009,68	-
Descontos obtidos	13.479,77	6.452,23
	<u><b>34.489,45</b></u>	<u><b>6.452,23</b></u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas bancárias	(11.120,99)	(13.437,14)
Juros passivos	(11.212,29)	(36.132,38)
	<u><b>(22.333,28)</b></u>	<u><b>(49.569,52)</b></u>
	<u><b>12.156,17</b></u>	<u><b>(43.117,29)</b></u>

## **21. Remuneração da administração**

O Instituto não concede, aos dirigentes estatutários, nenhum tipo de remuneração, de vantagens ou de benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, das funções ou das atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

## **22. Instrumentos financeiros**

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

## **23. Estimativa do valor justo**

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício, o Instituto não efetuou operações com derivativos.

## **24. Instrumentos financeiros “não derivativos”**

### **Classificação dos instrumentos financeiros**

O CPC 40 (R1) define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, em uma transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo. A saber:

- **Nível 1** — preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e para passivos idênticos;

- **Nível 2** — outras informações, exceto aquelas incluídas no nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e para os passivos similares, (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços), em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado;
- **Nível 3** — informações indisponíveis em função de pequena ou de nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e dos passivos (não observáveis).

A metodologia aplicada para cálculo do valor justo é levar a valor futuro pela curva do CDI, considerando o percentual do indexador contratado e, depois, trazer a valor presente, descontando por 100% da curva do CDI. Já quando há operações de moeda estrangeira, levar a valor futuro pela taxa pré-contratada e trazer a valor presente, descontando pela curva do cupom cambial (diferencial da taxa de juros interna e da variação cambial projetada), a partir da taxa do dólar PTAX de venda do dia útil anterior à data-base do cálculo (conhecido no mercado financeiro como “cupom sujo”).

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos classificados em outras categorias além das informadas.

Em função das características e da forma de operação, bem como da posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2023, o Instituto está sujeito ao fator de:

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto poderia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. Cabe ressaltar que, para cumprir suas obrigações, a mantenedora deverá prover os recursos conforme orçamento anual.

## **25. Cobertura de seguros**

O Instituto adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância. Os valores segurados são considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, são definidas pela administração do Instituto, para fazer face a riscos decorrentes de sua operação, que possam impactar a estrutura e a operação. Em 17 de março de 2024, o instituto renovou a sua apólice de seguro, sendo R\$ 190 MM o Limite Máximo Indenizável (LMI) de cobertura, em caso de sinistros relativos ao Imóvel e Máquinas, Móveis e Utensílios (MMU).

## **26. Tributos e contribuições (renúncia fiscal)**

Por se tratar de uma associação civil, sem fins econômicos (lucrativos), esta goza do benefício de imunidade tributária do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, Artigos 167 a 174, conforme dispõe a Constituição Federal CF/88, no seu Artigo 150º, inciso VI, alínea C, e o Código Tributário Nacional (CTN), nos seus Artigos 9º e 14º, e em consonância com a LC 187/2021, regulamentada pelo Decreto 11.791 de 21 novembro de 2023, em seu Artigo. 24.

Em atendimento ao item 27, letra c, da ITG 2002 (R1) Entidades sem fins lucrativos, a entidade apresenta, a seguir, a relação dos tributos que são objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, incidentes sobre a receita (PIS/COFINS 3,65% – regime cumulativo deduzido do PIS folha de pagamento recolhido no exercício) e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%). Com a abertura da filial Estúdios, o Instituto J&F exerce o recolhimento de tributos municipais em atendimento à legislação vigente. Mediante a consultas jurídicas e a jurisprudências, concluímos a impossibilidade de usufruir da imunidade tributária federal junto aos cofres municipais.

O Instituto não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais o Instituto está obrigado a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e à aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e a aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou por órgãos fiscalizadores.

## **27. Eventos subsequentes**

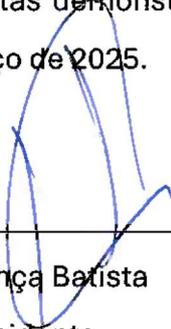
O Instituto J&F realizou, no início de 2025, o encerramento das atividades do projeto Jovem Investidor e do fundo de investimento, devido a alteração da matriz curricular da Germinare Business.

O Instituto J&F planeja a estruturação do projeto GERMINARE VET para cidade de Dourados (MS) para início do ano letivo de 2026.

Haverá expansão do projeto Jovem Aprendiz em 2025 nos estados já implementados e pretende-se abertura de novas filiais em novos estados. Há uma previsão de abertura de novos cursos pela faculdade.

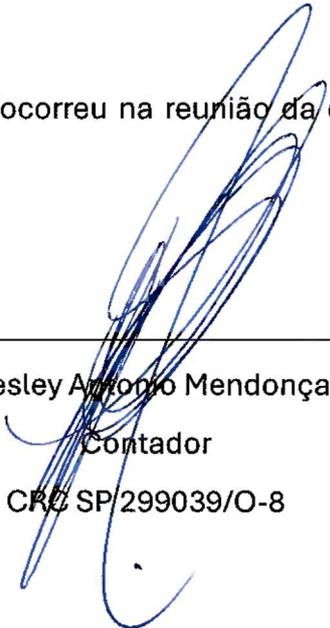
## **28. Aprovação das demonstrações contábeis**

A aprovação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião da diretoria, realizada em 10 de março de 2025.



---

Joesley Mendonça Batista  
Diretor-presidente



---

Wesley Arronjo Mendonça  
Contador  
CRC SP/299039/O-8